

A exteriorização da escola e a formação do cidadão no Brasil (1930-1960)

A more open school and the shaping of Brazilian citizen (1930-1960)

Thais Nivia de Lima e Fonseca*

RESUMO

O processo de exteriorização da escola no Brasil, no período entre 1930 e 1960, foi uma estratégia educativa para a formação moral e política do ideal de cidadão que se pretendia para a promoção do desenvolvimento e da modernização do País naquele momento, tendo a festa cívica como um de seus principais instrumentos. Buscando legitimidade nos modelos pedagógicos então considerados de vanguarda e representativos da modernidade no campo da educação ocidental e extrapolando o espaço propriamente escolar para a efetivação de uma educação cívica e patriótica, o Estado brasileiro consolidou o papel da escola como agente dessa formação, não apenas em seu próprio espaço físico, mas sobretudo por meio da fixação de um espaço público reservado para a escola e para seus principais sujeitos, isto é, professores e estudantes.

Palavras-chave: Educação cívica. Escola. Festas cívicas.

ABSTRACT

The process of exteriorization of the school in Brazil, occurred between 1930 and 1960, is considered an educational strategy for the moral and political formation of the ideal of citizen required for the development and modernization of the country at that moment.

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). e-mail: tnivia@terra.com.br

The powerful state intervention in the educational system was sustained by the most modern and representative pedagogical trends in the western education, which were adopted to legitimate and to consolidate a civic and patriotic education. By doing so, the Brazilian state empowered the school to be an agent and place for the formation of the students and teachers' moral and political principles.

Keywords: Civic education. School. Civic ceremonies.

No Brasil, entre 1930 e 1960, o sistema educacional passou por transformações significativas em sua organização e em suas atribuições. As reformas que então foram implementadas tiveram sua origem em diferentes propostas gestadas ainda na década de 20, marcadas pelas discussões sobre a implantação de um sistema público de educação, pela mobilização em torno da questão da modernização do País e pela influência de idéias pedagógicas européias e norte-americanas, consideradas inovadoras à época. O conhecido movimento da Escola Nova no Brasil propunha a implantação de um sistema educacional que promovesse o progresso da nação, pautado por concepções pedagógicas sustentadas por pressupostos científicos, principalmente da Psicologia. Esse sistema seria capaz de solucionar problemas de base da educação, como o analfabetismo, além de dotar a população de instrumentos que lhe permitissem desenvolver suas potencialidades individuais para alcançar o bem-estar. Tudo isso se faria, segundo os militantes do escolanovismo, no âmbito de uma escola pública, gratuita e laica. Tal postura levou-os ao confronto com as posições dos grupos católicos, que defendiam os privilégios da escola privada e a não-intervenção do Estado em seu modelo de educação.

Durante a década de 1920, o movimento de renovação gerou, em vários estados brasileiros, reformas que refletiam as distintas formas de entendimento e as diferentes apropriações das propostas pedagógicas escolanovistas por seus seguidores ou simpatizantes. As mudanças políticas decorrentes da Revolução de 1930 implicaram um processo de centralização em praticamente tudo o que dizia respeito à atuação do Estado, incluindo a educação. Absorvendo parte significativa da intelectualidade brasileira envolvida com a discussão sobre a modernização do País desde os anos 20, o governo de Getúlio Vargas iniciou o processo de reorganização do sistema educacional, acabando

por encampar muitas das propostas do escolanovismo, mas também abrindo espaço para as demandas dos grupos católicos, buscando legitimidade para efetivar uma educação cívica e patriótica nos moldes pedagógicos de vanguarda, considerados representativos da modernidade no campo da educação ocidental.

Dentre os múltiplos sentidos dados à idéia de modernização, ressaltava o da construção de uma nova identidade nacional coletiva, calcada nas idéias de unidade e de coesão. Muitos poderiam ser os meios para a construção dessa identidade, mas a educação aparecia como o mais eficaz, por oferecer possibilidades tanto de atuação quanto de sedimentação de resultados. A formação integradora se faria, sobretudo, pelo ensino de História e pela educação moral e cívica, responsáveis pela ação educativa formadora do caráter do cidadão, composto de virtudes espelhadas nas condutas nos grandes homens da história pátria e nos princípios morais do catolicismo. Era, portanto, uma educação que visava à formação cívica e patriótica, elemento indispensável à construção de uma identidade nacional coletiva, neutralizadora dos regionalismos e da fragmentação política, amálgama de uma consciência nacional indissolúvel.

As concepções unitarista e nacionalista já estavam presentes na orientação governamental para a educação desde o século XIX, quando já se discutia a questão da construção de uma história nacional. A formação nacionalista deveria ser feita através do exemplo dos “grandes cidadãos”, aqueles que sobressaíam do anonimato das massas, “dirigindo-as aos seus destinos e aos seus ideais”.¹ Mas foram as reformas do sistema de ensino nas décadas de 30 e 40 do século XX que promoveram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de História no centro das propostas de formação da unidade e da identidade nacional coletiva. As reformas Francisco Campos, de 1931, e Gustavo Capanema, de 1942, elegeram o estudo da História como instrumento central na educação política, e a disciplina História do Brasil como fundamental na formação moral e patriótica. Programas curriculares e orientações metodológicas pautavam-se, assim, pela idéia da construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formariam na população o espírito do patriotismo e da participação consciente. Essa educação moral e política encontraria nos livros didáticos importantes

¹ Prefácio de João Ribeiro para o livro didático de Sílvia Romero. Apud BITTENCOURT, 1993. p. 167.

instrumentos que, junto às festas cívicas, constituiriam um eficaz arsenal pedagógico.

Livros didáticos e comemorações cívicas atuam como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história. Os livros didáticos têm sido, de fato, grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade.² É fundamental, portanto, discutir as suas dimensões como lugares de memória e como formadores de identidades, evidenciando saberes já consolidados, aceitos socialmente como as “versões autorizadas” da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum. A festa cívica, por sua vez, constitui uma exteriorização dos valores inscritos no ensino de uma história nacionalista e, ao envolver a escola, cumpre seu papel educador, de acordo com os interesses de seus organizadores. Assim, através dos livros didáticos e das festas cívicas, pode-se perceber as relações entre política, cultura e educação, por meio das representações construídas e do imaginário.

Celebrações cívicas e estímulos aos sentimentos patrióticos são especialmente úteis e eficazes no jogo político, pois lidam com a história e com a memória. Numa perspectiva mais geral, as festas são vistas como momentos propícios à afirmação de identidades, crenças e valores, à rememoração de tradições, à legitimação de hierarquias sociais. Ainda que se constitua em lugar de memória, a festa cívica dedica-se, antes de tudo, à exaltação da nacionalidade, e na maioria das vezes o seu principal objetivo é a comemoração de um episódio ou de um personagem vistos como significativos na história da nação ou como símbolos de valores relevantes para a consolidação de uma identidade nacional.

Como comemoração de episódios da história da nação, as festas cívicas tornam-se momentos privilegiados para celebrar a união da comunidade nacional, exaltada em rituais que envolvem a participação real ou virtual de vários segmentos da sociedade, em discursos que apresentam a nação como o resultado de lutas ancestrais e na afirmação da crença na coesão, na conjunção de interesses e no espírito de coletividade. Essas comemorações não são somente legitimadoras de uma unidade, mas podem, elas mesmas, trabalhar para produzi-la.³ Contêm,

² Para uma análise do papel dos livros didáticos de História na educação cívica ver: BITTENCOURT, 1993; FONSECA, 2000, 2001a^o, 2001^c.

³ Cf. RAYNAUD, 1994.

além disso, um forte caráter pedagógico, uma vez que os eventos e os vultos do passado são evocados como modelos para o presente, memória da qual a nação não pode prescindir, pois é nela que busca os elementos que a explicam e a legitimam.

Organizadas de uma maneira geral pelo Estado ou pelos grupos políticos e sociais dominantes, as festas cívicas carregam as cores de seus organizadores e traduzem seus interesses e projetos. Isso não significa dizer que haja unanimidade sobre elas, que sejam aceitas tal e qual são concebidas, que sua recepção seja unívoca e que seus resultados sejam sempre os esperados por seus promotores. Mesmo quando a participação popular é direcionada e com pequeno grau de espontaneidade, é muito improvável que tal situação ocorra. Embora mais difíceis de apreender, as formas de recepção das festas cívicas deixam indícios que permitem vislumbrar os desvios em relação a sua concepção original. As comemorações são, assim, ao mesmo tempo, campo de consenso e de conflito.

Algumas dessas características das festas cívicas já podiam ser encontradas em celebrações realizadas no Brasil desde o século XIX, intensificadas a partir da proclamação da República, em 1889. Naquela época, as iniciativas partiam, em geral, de entidades representativas de grupos políticos, associações profissionais, ou outros, que acabaram por imprimir às celebrações algumas particularidades como por exemplo os préstitos cívicos, a celebração de ofícios religiosos, a proclamação de discursos, a declamação de poemas ou a concentração em torno de monumentos públicos. A partir de 1930, embora muitas dessas características se tenham mantido, o Estado foi progressivamente assumindo o controle sobre a organização das comemorações, principalmente a partir do momento em que a responsabilidade pelo culto cívico e patriótico passou a ser do Ministério da Educação, traço marcante dos chamados governos "populistas", entre as décadas de 1930 e início de 1960. A escola passou a ter papel central nas festas cívicas, realizadas tanto em seu próprio interior quanto, e sobretudo nos espaços públicos.

O estabelecimento, pelo Estado, de diretrizes mais claras quanto ao papel da educação na formação nacionalista e patriótica intensificou a prática da celebração cívica no espaço escolar. O Ministério da Educação enviava às escolas, freqüentemente, orientações quanto aos procedimentos que deveriam ser adotados para a celebração de cada uma das principais datas nacionais e das comemorações recém-criadas pelo

Estado com finalidades específicas. Assim, além da Independência do Brasil (7 de setembro), da Proclamação da República (15 de novembro), do enforcamento de Tiradentes (21 de abril) e do Descobrimento do Brasil (22 de abril), comemoravam-se também a *Festa do Trabalho*, a *Festa da Raça* e a *Festa da Juventude*.

Algumas dessas celebrações ganhavam destaque especial, por permitirem apropriações mais proveitosas em relação aos objetivos da pedagogia nacionalista. É o caso, por exemplo, da Independência do Brasil, celebrada não apenas no dia 7 de setembro, mas durante toda a *Semana da Pátria*, período no qual as atividades escolares se voltavam para o tema. Durante vários dias, desde o início do mês de setembro, ocorriam as solenidades escolares, com hasteamento de bandeiras, execução de hinos patrióticos, apresentação de teatralizações do episódio da Proclamação da Independência, declamação de poesias e contos alusivos à data, apresentação de números de ginástica e desfiles. Essas atividades, desenvolvidas no espaço escolar, ganhavam projeção na medida em que os jornais, durante toda a *Semana da Pátria*, publicavam reportagens sobre elas, com descrições detalhadas, fotografias e comentários sobre a sua importância para a formação da juventude brasileira no espírito do civismo, do patriotismo e da moral cristã.⁴ A participação das Escolas Normais era ainda ressaltada, uma vez que inspirava nas futuras professoras sua responsabilidade no processo de construção da identidade nacional coletiva.

Com a comemoração da Independência do Brasil procurava-se unir o passado ao presente, buscando nos atos dos grandes vultos da História pátria – como era, obviamente, o caso de D. Pedro I – não apenas as lições de conduta para o presente e para o futuro como também a comprovação de que as qualidades do caráter da nação já estavam presentes desde suas mais remotas origens. Até mesmo o sentido de organização dado à celebração indicava a propensão nacional à ordem, necessária para a construção do progresso.

A presença das escolas públicas e privadas nas ruas na comemoração do 7 de setembro marcava sua participação no movimento de construção nacional e cumpria o objetivo de demonstrar o papel renovador do novo regime, investindo no futuro pela formação adequada da juventude. Não foi por outra razão que a *Semana da Pátria* passou a ser o momento por

⁴ Ver: VAZ, 2002. p. 151-171.

excelência da *Parada da Juventude*, que, sobretudo a partir de 1940, passou a ser realizada sempre no início do mês de setembro, como abertura das comemorações da Independência. Contando com a participação expressiva dos estabelecimentos de ensino, ela cumpria seu papel pedagógico, levando para as ruas os elementos de uma educação cívica e patriótica, servindo de elo entre a população e o universo escolar. Ampliava-se assim o espectro da educação nacionalista, já que a sistematização que se processava no interior da escola chegava ao público por meio dos estudantes e dos professores, tornados, dessa maneira, agentes da pedagogia nacionalista. A celebração da *Semana da Pátria* servia, fundamentalmente, à difusão e à consolidação dos ideais de soberania e unidade nacionais, resultado da ação indômita do primeiro imperador, D. Pedro I, e mostrava os governos contemporâneos no papel de guardiões e continuadores dessa ação. Por vezes, adaptava-se perfeitamente à conjuntura do momento, quase que indicando a efetiva ação do passado sobre o presente. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a comemoração da *Semana da Pátria* com a participação das escolas públicas e privadas foi usada como instrumento educativo, com o objetivo de difundir o espírito de luta pela soberania da nação contra as agressões estrangeiras, tal como havia feito D. Pedro I no início do século XIX. A ênfase dada a esse aspecto solidificava os ideais nacionalistas na formação da juventude brasileira, e a realização das comemorações fora do espaço escolar servia como “exposição pedagógica”, levando para o público o trabalho desenvolvido dentro das escolas e ampliando, assim, a educação cívica e patriótica da população.⁵

Se a *Semana da Pátria* e o aniversário da Independência do Brasil eram os pontos culminantes da celebração da soberania da nação, a comemoração da Inconfidência Mineira,⁶ no aniversário do enforcamento de Tiradentes, marcava o ápice dos ideais heróicos na luta pela soberania e pela construção nacional. Tiradentes, homem do povo, executado pela Coroa portuguesa em 1792 por crime de lesa-majestade, simbolizava os

⁵ Ibidem. p. 166.

⁶ A Inconfidência Mineira foi uma conspiração contra a Coroa portuguesa, realizada em 1789 por um grupo significativo de membros da elite da Capitania das Minas Gerais, inspirada de forma tênue em algumas idéias do iluminismo europeu e na independência das 13 colônias inglesas da América do Norte. Delatados, os conspiradores foram presos, julgados e condenados ao degredo, à exceção do alferes de cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que foi condenado à morte por enforcamento. Ele se tornou, em 1890, herói nacional, por iniciativa da recém proclamada república no Brasil.

ideais de conduta que se desejavam para as crianças e os jovens brasileiros. Abnegação, sacrifício, espírito coletivo, sentimentos nacionalistas, patriotismo e fervor religioso eram algumas das características atribuídas ao alferes da cavalaria que, no século XVIII, ousara conspirar contra Portugal pela independência de sua "pátria". Assim era desenhado o perfil de Tiradentes, que, presente no universo escolar, certamente marcava o sentido dado às comemorações, que, como as demais, eram organizadas no interior da escola e levadas para o espaço público, como instrumento educativo para as massas.

Até o início da década de 1930, a comemoração do 21 de abril seguiu a tradição iniciada com os antigos republicanos no final do século XIX, e, a cada aniversário da morte de Tiradentes, reuniam-se seus cultores nas escolas, nas igrejas e associações católicas, nos institutos históricos, nos clubes e associações patrióticas, nos grupos de escotismo, nas associações comerciais e profissionais, nos clubes e academias literárias. Em todas as cidades onde ocorriam comemorações, representantes do governo e autoridades locais eram convidados, fazendo discursos, distribuindo elogios. A comemoração articulava-se melhor no Rio de Janeiro, onde ainda era forte a herança dos clubes republicanos, e onde se mantinha a tradição, iniciada no século XIX, de reconstituição do cortejo da execução de Joaquim José, que ia do Palácio Tiradentes (antiga Cadeia Velha) até a Praça Tiradentes (antigo Campo da Lampadosa).

A partir de 1932, a presença do Estado foi-se firmando, acompanhando o processo de centralização e de maior intervenção nos vários aspectos da vida do País. No bojo de um projeto centralizador e unitarista, as festas cívicas assumiram importante papel. Naquele mesmo ano, quando era comemorado o 140º aniversário da morte de Tiradentes, registrou-se uma participação mais nítida do governo, não apenas por meio do controle da utilização do espaço público, mas principalmente pela mediação na mobilização dos vários segmentos da sociedade que deveriam tomar parte na festa, a ser realizada no Rio de Janeiro.

Não obstante a maior participação do Estado, que nomeou uma comissão – a *Comissão Glorificadora do Protomártir da Independência* – especificamente para organizar as festividades, as características da festa mantiveram a velha tradição republicana: um grande préstimo cívico que buscava reconstituir o trajeto percorrido por Tiradentes até a forca. Nele estariam representados diversos setores da sociedade, cuja presença fora

garantida pela mobilização promovida pelo governo federal em contato com os governos estaduais. Essa mobilização foi significativa no âmbito das forças militares, das escolas e dos órgãos públicos em geral, o que já apontava para o que seriam os pilares de sustentação da propaganda utilizada, mais intensamente, após o golpe de 1937.

Numa antecipação daquilo que pautaria a atuação do Ministério da Educação nos projetos de formação cívica da nação até 1945, o então ministro Francisco Campos, que ocupava também, interinamente, a pasta da Justiça, encarregou-se das providências que seriam tomadas pelo governo, principalmente no tocante à mobilização dos órgãos públicos e das escolas para que participassem da comemoração. Dessa forma garantia-se a presença das comunidades escolares nos desfiles, quase sempre responsáveis por papéis importantes, como o da execução dos hinos patrióticos por suas bandas, a condução das bandeiras nacional e da Inconfidência; a apresentação dos bustos dos grandes vultos da pátria.

A realização da comemoração sob forma de préstito cívico demonstrava, ainda, a força de uma herança religiosa que marcou o processo de sacralização do herói nacional e que era utilizada como linguagem predominante na expressão de uma educação moral e política. No entanto, ao longo da década de 30, registrou-se o esforço do Estado para empalidecer o religioso em benefício do nacional. Não parece que tenha sido completamente bem sucedido, pois essa linguagem será retomada nas décadas seguintes, atestando sua eficácia pelo reconhecimento de sua recepção pela população. Ademais, o regime varguista tinha na valorização das tradições nacionais um dos esteios de sua propaganda e, certamente, não seria boa estratégia eliminar por completo os vínculos religiosos presentes na festa cívica, pelo menos na que celebrava o martírio de Tiradentes.

Durante o Estado Novo, a comemoração do 21 de abril expandiu-se e diversificou-se quanto às atividades incorporadas à celebração. Tornou-se, no entanto, monolítica, repetindo-se todos os anos, em praticamente todos os lugares, segundo a mesma estrutura. A espontaneidade que ainda podia ser vista nas festas dos períodos anteriores, organizadas por associações e entidades da sociedade civil, com modesta intervenção do Estado, quase desapareceu. Em seu lugar, a comemoração comandada, decretada, induzida, que, se não seguia um ritual fixo e preestabelecido – como ocorrerá a partir do governo de Juscelino Kubitschek⁷ –, obedecia claramente a princípios normativos de

cunho ideológico e político. Sua função primordial era formar a consciência cívica do cidadão trabalhador, moldá-la de modo a transformá-lo em uma barreira eficaz às ameaças ao regime, tanto internas quanto externas.

Essa padronização dos festejos, observada entre 1937 e 1945, foi também resultante da concepção de uma nação una e coesa, que deveria reconhecer de maneira unânime uma só história, compartilhar uma mesma memória, cultuar os mesmos heróis. Além das escolas, apareciam como os principais protagonistas das celebrações aqueles setores da sociedade brasileira a quem fora atribuído pelo Estado Novo papel relevante na construção e na consolidação da nação: as associações de trabalhadores e as instituições militares. A pretensão da unidade também se expressava na uniformidade dos programas comemorativos realizados nas escolas, quase os mesmos em todos os lugares e, em geral, obedecendo à mesma seqüência: hasteamento da bandeira; execução do Hino à Bandeira e do Hino Nacional; palestras para estudantes e trabalhadores; apresentação de trabalhos escolares sobre Tiradentes; declamação de poesias alusivas à Inconfidência Mineira e aos seus principais personagens; apresentação de poemas e peças sobre temas patrióticos; leitura da biografia de Tiradentes; dramatizações da Inconfidência Mineira; competições esportivas.

A conclamação do povo ao patriotismo e à defesa nacional, a exemplo do que fizera Tiradentes no século XVIII, já anunciava o discurso que se faria depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O sacrifício de Tiradentes deveria ser seguido por seus compatriotas, instados a participar da luta contra o fascismo na Europa.

No início de 1942, já rompidas as relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, aumentava cada vez mais a perspectiva da entrada do País na guerra. Nas comemorações de 21 de abril de 1942, antes mesmo da declaração formal de guerra, que ocorreria em agosto daquele ano, Tiradentes já servia como o exemplo do sacrifício que talvez tivessem que fazer muitos jovens brasileiros. Numa sessão cívica realizada no Cine Brasil, em Belo Horizonte, à qual compareceu grande público, ficou registrado o apelo ao sacrifício da juventude, no discurso do representante

⁷ Juscelino Kubitschek foi um dos mais destacados políticos brasileiros do século XX, tendo sido Prefeito de Belo Horizonte durante o Estado Novo (1940-1944), Governador de Minas Gerais (1950-1955) e Presidente da República (1956-1960).

dos diretores de escolas secundárias da cidade. Depois de uma preleção sobre o martírio de Tiradentes, o diretor o apontou como “exemplo à juventude, de quem a pátria agora, mais do que nunca, irá necessitar”. Sugestivamente, no encerramento da sessão, acabou sendo criado o *Centro do Culto Cívico da Juventude Brasileira*, com sede na escola dirigida pelo mesmo orador, “com o fim de homenagear os grandes vultos brasileiros”.⁸

Essa manipulação das celebrações do 21 de abril como pretexto para ações pedagógicas ficava ainda evidente naquelas escolas onde a Igreja católica estava diretamente envolvida com o ensino. Na solenidade comemorativa de 21 de abril de 1950, no Colégio Santo Agostinho de Belo Horizonte, um dos padres da escola, discursando para os alunos, exaltava a memória de Tiradentes e o exemplo dado por ele:

Na sua figura lendária, veneramos e cultuamos, através das datas, as figuras hercúleas dos que derramaram seu sangue pelo engrandecimento da pátria, pela liberdade do Brasil, pelo seu progresso e pelas suas grandes tradições de povo cristão. Tiradentes é um símbolo, um modelo que a mocidade não pode esquecer e, por terem alguns esquecido esse ideal sublime da honra, do dever e da religião, vemos a pátria brasileira em perigo, minada por esses mesmos filhos ingratos que tudo receberam dela e agora nada querem lhe dar. O verdadeiro patriota tem que se levantar contra esse perigo. O jovem de caráter, principalmente o moço católico, tem que vibrar de amor patriótico e sair dessa inércia esgotadora das energias dum mocidade que é a esperança da pátria, sendo, por isso mesmo, alvo dos agentes dissolventes dos sentimentos cristãos e patrióticos que a todo custo querem ganhar a mocidade.⁹

Preocupado com a ação dos “agentes dissolventes dos sentimentos cristãos” – leia-se, os comunistas –, o padre fez um jogo de associações que obrigaria os jovens estudantes de um colégio católico a manterem a coerência entre sua opção religiosa e suas obrigações patrióticas. Essa ligação pátria/religião permeava, num sentido mais amplo, as concepções educacionais na primeira metade do século XX.

⁸ “Toda a cidade comemorou ontem o Dia de Tiradentes”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 22 abril de 1942. p. 3.

⁹ “O dia de Tiradentes brilhantemente comemorado no Colégio Santo Agostinho”. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 23 de abril de 1950. p.5-7.

A partir de 1952, a celebração do 21 de abril passou por um processo de reorganização promovido por Juscelino Kubitschek, inicialmente quando governou o Estado de Minas Gerais e, depois, já como Presidente da República. Sua ação teve por objetivo construir uma tradição comemorativa segundo um ritual preestabelecido que, além de manter muitos aspectos das comemorações das décadas anteriores, incorporou outros, como a transferência simbólica da capital mineira de Belo Horizonte para Ouro Preto e a criação da Medalha da Inconfidência. O caráter pedagógico dessa celebração ficava patente nos atos e nos discursos pronunciados naquelas ocasiões, sempre alusivos ao momento político e voltados à exortação dos sentimentos patrióticos, e na ampla utilização do universo escolar como instrumento de educação moral e política. A presença dos alunos das escolas públicas e particulares deixou de ser ocasional e ganhou papel de destaque. Esses estudantes tinham atuação e funções bem definidas. Eram, por exemplo, os condutores das imagens de Tiradentes – em geral representado em cartazes e painéis – e dos pavilhões nacional e estaduais.

Os regimes “populistas” pautaram-se por uma atuação política vigorosa em relação às massas, indispensável no seu processo de legitimação. Para isso, contaram com o suporte dos meios de comunicação mais eficazes da época: a imprensa escrita, o cinema e o rádio. Muito embora fossem de grande eficiência e alcance junto à população, não foram os únicos recursos utilizados para que os ideais desses regimes fossem difundidos amplamente. A difusão, na verdade, era apenas um dos aspectos considerados pelo Estado, pois sua eficácia sobre as massas era momentânea. Para a sedimentação desses ideais, para o enraizamento de concepções e práticas capazes de garantir adesão e legitimação, eram necessários outros instrumentos, de longa duração. E dificilmente seria encontrado instrumento mais eficaz que a educação.

Moldar as consciências ainda jovens, formar o caráter, educar para o civismo e o patriotismo eram tarefas que somente a educação poderia desempenhar eficientemente, o que justificou o grande investimento realizado em procedimentos pedagógicos voltados para a formação nacionalista. O culto à memória histórica nacional, por meio da celebração das principais datas do calendário cívico, serviria não apenas ao desenvolvimento dos sentimentos patrióticos, mas ajudaria também na ação disciplinadora da educação, inculcando nos jovens idéias de obediência, respeito à ordem, espírito unitarista, rejeição às diversidades, amor à cordialidade. A eficiência dessas práticas pode ser constatada

pela permanência de muitos de seus elementos no cotidiano escolar até os dias atuais, não obstante as mudanças políticas observadas no Brasil desde o início dos anos 1960 e as transformações pelas quais o sistema educacional brasileiro como um todo passou nas últimas décadas.

Entretanto, para aqueles regimes populistas, não era suficiente que a educação nacionalista ficasse encerrada nos muros das escolas. O movimento de exteriorização levado a efeito, sobretudo por meio das celebrações cívicas, foi fundamental para a criação de elos mais fortes com o conjunto da população, ao menos nos centros urbanos, onde elas aconteciam. A participação dessa população nas festas cívicas, realizadas nas ruas, praças e estádios das cidades, reforçava o processo mais amplo de educação nacionalista difundida pelos meios de comunicação. As atividades escolares tornavam-se, assim, familiares mesmo às parcelas da população que estavam ausentes da escola, mas que com ela mantinham contato como público das festas, nas quais professores e estudantes eram os principais protagonistas.

O valor dessas práticas parece estar ainda vivo, manifestando-se no senso comum como elemento fundamental na criação de uma consciência patriótica, que seria a solução para muitos males que atualmente assolam o País. Um programa de televisão, levado ao ar em Belo Horizonte, no Dia da Independência, em 1999, mostrou que a opinião pública caminhava nesta direção. A maior parte das pessoas entrevistadas considerava uma falha do sistema educacional brasileiro a não-obrigatoriedade da realização de festas cívicas nas escolas bem como da prática diária da execução do Hino Nacional e do hasteamento da bandeira. Para elas, seria o meio mais eficaz de garantir a formação da cidadania, ainda hoje confundida com nacionalismo e patriotismo.

Hoje em dia, a presença da escola em eventos como os que foram analisados neste artigo não é mais tão marcante. Embora não seja sempre participante ativa nessas experiências coletivas, a escola é elemento firmemente presente nas experiências individuais. A permanência no ambiente escolar de práticas originadas de projetos de forte cunho nacionalista ajuda a reafirmar o papel social da escola e influencia decisivamente a qualidade da formação por ela oferecida. Além disso, o interesse do cidadão comum na preservação dessas atividades é um importante elemento a ser considerado pelo pesquisador, pois indica valores e sentidos vivos na experiência coletiva, no imaginário, que ainda são instrumentos de estreitamento dos laços da identidade nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993 (Tese de Doutorado).
- BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (orgs). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas Dutra. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: UERJ, Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Ver para compreender: arte, livro didático e a história da nação. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (orgs). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001 (Tese de doutorado).
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Festas cívicas e universo cultural: Minas Gerais no século XIX. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, PPGH/UFMG, 2002.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Livro didático de História: memória e identidade nacional. *III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Ouro e heróis nas representações da Inconfidência Mineira. *Varia História*. Belo Horizonte: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ FAFICH/UFMG, n. 24, janeiro de 2001.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Memória intelectual da educação brasileira*. 2 ed. Bragança Paulista, SP: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931-1951)*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- MELO, Ciro Flávio Bandeira de. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997 (Tese de Doutorado).
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoires*. Paris: Quarto/Gallimard, 1997.
- PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- RAYNAUD, Philippe. La commémoration: illusion ou artifice? *Le Débat*, n.78, jan/fev. 1994. p. 104-115.
- RESNIK, Luis. O lugar da História no Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org). *Histórias do ensino de História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.
- SCHEMES, Cláudia. *Festas cívicas e esportivas no populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995 (Dissertação de mestrado)
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SIMÕES, Josanne Guerra. *Sirênico canto: Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- TOSCANO, Verónica Zárate. Discursos cívicos y memoria histórica en el México del siglo XIX. *Séminaire "Cultures et sociétés de l'Amérique coloniale, XVI^e – XX^e siècle"*. Paris: École des hautes études en sciences sociales, 2001 (mimeo).
- VAZ, Aline Choucair. Festas cívicas no Estado Novo: rituais de poder no imaginário mineiro (1937-1945). *Revista de Iniciação Científica*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2002.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Recebido: 13-5-05

Aprovado: 02-7-05